



RELATOR DO PLS 233 PARTICIPA DE REUNIÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

O senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 233/2015, que regulamenta o inquérito civil, participou na última quarta-feira (13) da reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ), em Brasília. Membros da diretoria da CONAMP e conselheiros do Conselho Nacional do MP (CNMP) também estiveram presentes.

Tanto a Conamp quanto o CNPJ manifestaram preocupação com o atual texto do projeto que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e deve ser apreciado pelo plenário da Casa. Para as entidades, o PLS 233 inviabiliza a atuação de Promotores e Procuradores de Justiça ao burocratizar e judicializar as etapas do inquérito civil.

Ricardo Ferraço comemorou a oportunidade de diálogo e que se dispõe a tratar de qualquer ponto do projeto. “Creio que podemos aperfeiçoar este projeto, contando principalmente com a experiência operacional dos senhores”, afirmou o parlamentar.

Durante a reunião foi criada uma comissão com quatro membros do CNPJ, além do presidente, que irá se reunir nos próximos dias no Senado com Ricardo Ferraço para apresentar e discutir as demandas e propostas de melhorias. A comissão terá a presença dos Procuradores-Gerais de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Roscoe Bessa; de Minas Gerais, Carlos José Bittencourt; do Espírito Santo, Eder Pontes e do MPT, Ronaldo Fleury.



APMP SE REÚNE COM ASSOCIADOS APOSENTADOS NESTA SEXTA-FEIRA



Associação Paraibana do Ministério Público®

Nesta sexta-feira (15), a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) vai se reunir com promotores e procuradores aposentados no auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), às 9h. O objetivo é discutir e repassar as informações da primeira reunião da Comissão de Aposentados da CONAMP, que aconteceu no dia 30 de março, em Brasília, que tratou, entre outras coisas, de questões relevantes sobre a diferença de remuneração entre membros ativos e aposentados e pensionistas.

A comissão temática é composta por representantes indicados pelos presidentes das afiliadas e tem a função de analisar propostas legislativas afetas aos aposentados e pensionistas do Ministério Público para subsidiar as decisões da CONAMP. Representaram a Paraíba no dia 30, o presidente Bergson Formiga e também promotor aposentado Fernando Vasconcelos.

Durante o encontro em Brasília, além da troca de informações sobre os desafios em cada Estado, foram discutidas questões relevantes sobre a diferença de remuneração entre membros ativos e aposentados e pensionistas.

Durante a reunião foram debatidas es-

tratégias de atuação sobre as Propostas de Emenda à Constituição 555/2006; 26/2011 e 63/2013.

A PEC 555/06 extingue a cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas. A CONAMP é favorável à medida e busca a aprovação da matéria em parceria com a As-

sociação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação dos Juízes do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Instituto Mosap, Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Já a PEC 26/11 altera o regramento da aposentadoria dos membros do Poder Judiciário. A CONAMP criou uma comissão temática para analisar o tema. O presidente da Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP), Nilzir Soares, é o relator da matéria.

Quanto à PEC 63/13, que institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, a CONAMP e demais entidades representativas do MP defendem que o subsídio é a retribuição financeira pelo desempenho das atribuições ordinárias de um cargo ou função pública. Além de Nota Técnica sobre o tema, as associações acompanham o trâmite da proposição. A inclusão dos membros aposentados no texto da proposta foi inclusive resultado da atuação da CONAMP no Congresso Nacional.